



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	26200/2024
Data do Início	05/12/2024
Folha	
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 26200/2024, Pregão Presencial 19/2024**

**OBJETO: Registro de Preços para terceirização através de empresa para a prestação do serviço gestão de mão de obra de cozinheiro, copeiro, copeiro de lactário e auxiliar de almoxarife ao Município de Maricá.**

À Secretaria Requisitante,

A empresa **ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	26200/2024
Data do Início	05/12/2024
Folha	
Rubrica	

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

## **II – DAS RAZÕES**

Em resumo, a impugnante alega:

- Equívoco na porcentagem aplicada de ISS;
- Ausência de previsão sobre a convenção coletiva aplicável.

## **III – DO MÉRITO**

A impugnante alega que o edital prevê, equivocadamente, a aplicação de alíquota de ISS de 3%, quando a Lei Complementar do Município estabelece que o percentual aplicável aos serviços licitados é de 5%. Questiona ainda que o edital não apresenta critérios claros quanto à obrigatoriedade de observância de Convenção Coletiva.

Em análise aos pontos atacados, passamos a nos manifestar sobre.

Referente à porcentagem do ISS, já havia sido respondido através de email para a empresa ora impugnante, na data de 28/11/2024, que a planilha presente no edital é apenas modelo referencial e que o ISS para este serviço é de 5%. O modelo em excel, para uso das empresas, foi enviado por anexo, registrando-se que o mesmo também se encontra no portal da transparência do município.

Nesse sentido, reforçamos que os esclarecimentos prestados aos licitantes têm força vinculante, preservando sempre a legalidade do ato, não podendo a resposta trazer atos conflitantes com o instrumento convocatório. O tema é encontrado com frequência em decisões de tribunais, vejamos o Acórdão 179/2021-TCU:

“Os esclarecimentos prestados pela Administração ao longo do certame licitatório possuem natureza vinculante, não sendo possível admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório.”

Assim, em relação aos questionamentos apresentados, importante reforçar que o



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	26200/2024
Data do Início	05/12/2024
Folha	
Rubrica	

pedido de esclarecimento não tem por objetivo alterar o edital, mas sim explicar de maneira mais clara algum ponto de obscuridade, equívoco ou omissão do edital. Em outras palavras, o pedido de esclarecimento é o ato pelo qual os interessados pedem que seja esclarecida dúvida relativa às disposições do instrumento convocatório, com a finalidade de receber uma explicação ou um maior detalhamento acerca de algum aspecto específico do conteúdo do edital.

No entanto, há que se destacar que as respostas a esses esclarecimentos não são de competência desta comissão, ainda mais quando o assunto abordado se refere às questões técnicas. Assim, a CPL faz somente o aceite dos esclarecimentos e os envia à Secretaria Requisitante, para que ela possa esclarecer de forma objetiva e correta os pontos destacados pelo licitante, como foi feito no presente caso.

Passando para o segundo ponto, vejamos.

Em suas razões, o impugnante argumenta que o edital do certame supracitado não apresenta critérios claros quanto à obrigatoriedade de observância de Convenção Coletiva que melhor favoreça os trabalhadores.

Como se verifica na previsão editalícia 11.2.3.2.2, vejamos:

11.2.3.2.2 - O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

Acreditamos que a confusão apontada pelo impugnante se deve ao item do edital anteriormente mencionado, visto que dispõe que a Convenção Coletiva não é de utilização obrigatória pelos licitantes, mas ao mesmo tempo impõe que os salários não poderão ser inferiores aos da CCT utilizada como parâmetro pelas empresas licitantes.

Embora seja importante salientar que a Administração Pública realiza pesquisa de preços seguindo os parâmetros das legislações que versam sobre o tema, visando garantir que os valores praticados espelhem o que ocorre no mercado, visando assim proteger tanto os licitantes quanto o próprio órgão contratante, esta Comissão entende que os argumentos



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	26200/2024
Data do Início	05/12/2024
Folha	
Rubrica	

apresentados pela empresa impugnante, merecem minuciosa apreciação pela Secretaria Requisitante que elaborou o referido edital.

Assim, considerando que esta Comissão mantém o respeito as atribuições funcionais desta administração, registra-se que o ponto atacado nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Esta especializada decide **conhecer a impugnação**, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta especializada, solicita-se a análise da D. Procuradoria Geral deste município, assim como da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas cabíveis para melhor andamento do procedimento licitatório.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 06/12/2024

---

Maria Lúcia Cardoso Travassos  
Matr. 111.813

De acordo

---

Flávia Maria Nogueira Mattos  
Pregoeira